

Gestão dos profissionais da educação: um retrato da contratação de professores temporários nas escolas públicas do Distrito Federal



Lucilene Dias Cordeiro *

Elisete Rodrigues de Souza **

Ana Maria Nogales Vasconcelos ***

Resumo: Este trabalho apresenta e discute os dados relativos à contratação docente no Distrito Federal, destacando o contrato de professores temporários entre os anos de 2012 e 2016. Os dados foram obtidos a partir das bases do Educacenso. O objetivo do trabalho é analisar a evolução do número de docentes em exercício no Distrito Federal, entre os anos de 2012 e 2016, considerando o tipo de contratação, se efetivo ou temporário, segundo Coordenação Regional de Ensino (CRE), nível de escolaridade e etapa/modalidade de ensino. A contratação de profissionais temporários é amparada pela Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008. Desde então esses profissionais têm suprido as carências eventuais na rede. Os resultados demonstraram elevadas proporções de contratos temporários no período analisado em todos os níveis de escolaridade e modalidades de ensino. Em Coordenações Regionais de Ensino como Brazlândia, Paranoá e São Sebastião o percentual de professores temporários ultrapassou 35% do total de profissionais atuantes no período, ainda que tenha havido redução entre 2012 e 2016. Essa primeira abordagem visa sensibilizar uma discussão para a gestão de professores na rede pública do Distrito Federal, destacando que a atividade docente é fundamental no contexto escolar e a continuidade do corpo docente atuante viabiliza um melhor planejamento e execução das atividades, condições necessárias para a melhoria da qualidade da educação.

Palavras-chave: Professor efetivo e temporário. Tipo de contratação. Gestão de professores na rede pública.

* Lucilene Dias Cordeiro possui graduação em Matemática pela Universidade de Brasília (1986), graduação em Estatística pela Universidade de Brasília (1990) e mestrado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). Atualmente é Professora da Secretaria de Estado de Educação do DF. E-mail: lucilenecordeiro@gmail.com

** Elisete Rodrigues de Souza é graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (2004), mestre em Políticas Públicas em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009), doutoranda em Educação com foco multidisciplinar. Docente do Centro Universitário Projeção. Contato: eliseteunb@gmail.com.

*** Ana Maria Nogales Vasconcelos é doutora em Demografia - Université Catholique de Louvain em 2001. É professora do departamento de estatística, e do programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (PPGDSCI/CEAMI/UnB). Atua como diretora de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) da CODEPLAN/GDF. É vice-presidente da associação brasileira de estudos populacionais - ABEP - (2017-2018). É coordenadora do laboratório de população e desenvolvimento com projetos na área da saúde e vulnerabilidade social vinculado ao núcleo de estudos urbanos e regionais (NEUR/CEAM) da Universidade de Brasília. Contato: ananogalesunb@gmail.com.

Introdução

As constantes transformações são inerentes no contexto da administração pública, que ao longo dos anos procura adequar as tomadas de decisões às necessidades financeiras, políticas e administrativas. De acordo com Marques (2008, p. 3), a administração pública pode ser compreendida como um “conjunto de processos por meio dos quais os recursos públicos são utilizados para a implementação das políticas públicas e a realização de obras e serviços demandados pelas necessidades coletivas”.

Nesse contexto, é possível inserir a gestão de pessoas como um dos recursos que está sob responsabilidade do administrador público, visto ser algo que - alinhada com as expectativas e necessidades da organização - se faz indispensável para o atendimento dos desafios a serem enfrentados nas demandas do atendimento social. Assim, pode ser também compreendida como um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas, para que ambas possam realizá-las ao longo do tempo (DUTRA, 2002, p. 17).

No âmbito educacional, haja vista a relevância do docente no processo de ensino e de aprendizagem, o gerenciamento da quantidade desse recurso humano por escola está diretamente associado à qualidade da educação. O desafio da gestão de pessoas é ainda maior quando existe um grande déficit desse profissional ao longo do ano letivo, que necessita ser constantemente suprido.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), um quarto dos docentes que dão aulas em escolas de educação básica mantém contratos temporários ou são terceirizados. Esse estudo destaca que os docentes que não são efetivos recebem menos, possuem pouca segurança jurídica em seu vínculo empregatício, têm um tempo de serviço pré-determinado, precisando se desvincular das redes em determinado momento, e não gozam dos mesmos direitos que os servidores efetivos. Contudo, possuem carga horária equiparada e outras responsabilidades, como planejamento de aula, reuniões pedagógicas, controles administrativos, entre outras. Uma das características da contratação de professores não efetivos é a rotatividade nas escolas, visto que o contrato pode ser rompido a qualquer momento sem garantias de retorno ou vínculo com a mesma escola no ano seguinte.

Segundo recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE)¹ e orientação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que deve ser seguida pelo Plano Distrital de Educação (PDE-DF 2015-2024)², os professores terceirizados ou com contrato de trabalho temporário não devem ultrapassar 10% do quadro de magistério. Porém, esse percentual está em torno de 25% - equivalente a 450 mil professores no país, de acordo com o estudo do IPEA (2014). Essa limitação foi estabelecida com base em análises de especialistas que têm verificado que o alto índice de

professores temporários prejudica o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas e o desempenho dos alunos (NOVAES, 2010; VALLE, 2017).

No Distrito Federal, para suprir o déficit de docentes a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF) - além de contar com um quadro de docentes efetivos admitidos por concurso público - realiza periodicamente contratos temporários. A partir da Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008³, essa contratação passou a ser por processo seletivo simplificado para formação de cadastro de reserva.

É importante destacar ainda que o professor temporário do Distrito Federal tem “remuneração correspondente aos vencimentos do padrão inicial da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, adicionadas as Gratificações de Atividade Pedagógica, de Alfabetização, de Ensino Especial, em Zona Rural, de Docência em Estabelecimento de Ensino Diferenciado e de Restrição de Liberdade”, conforme Lei nº 5.105, de 3 de maio de 2013, além de receberem benefícios como auxílio transporte e auxílio alimentação, e os benefícios de que tratam os Arts. 107 a 112 da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.

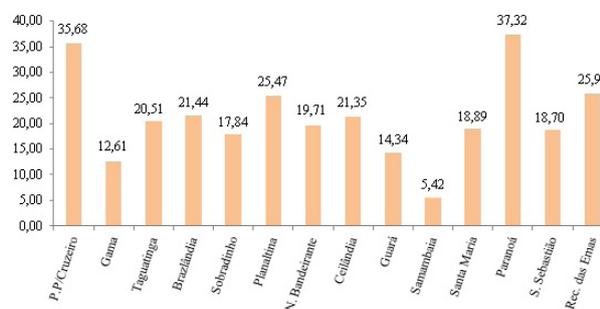
Este estudo, portanto, propõe analisar a evolução do número de docentes em exercício no Distrito Federal, entre os anos de 2012 e 2016, considerando o tipo de contratação, se efetivo ou temporário, segundo Coordenação Regional de Ensino (CRE) e etapa/modalidade de atuação, a partir das informações do Censo Educação Básica (Educacenso).

1. Distribuição na rede educacional de ensino público

Entre 2012 e 2016, o número de professores em sala de aula passou de 18.926 para 22.933, correspondendo a um aumento de 21,17%. Considerando a distribuição dos docentes nas regionais de ensino, observou-se, no período estudado, maior concentração de docentes nas regionais de Ceilândia, Plano Piloto/Cruzeiro, Taguatinga e Planaltina. (Tabela 1 - Apêndice).

Ao longo do quinquênio, as regionais de ensino do

Gráfico 1. Variação relativa do número de professores da educação básica em exercício segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Nota: (1) Exceto 227 docentes vinculados a SUBEB em 2012

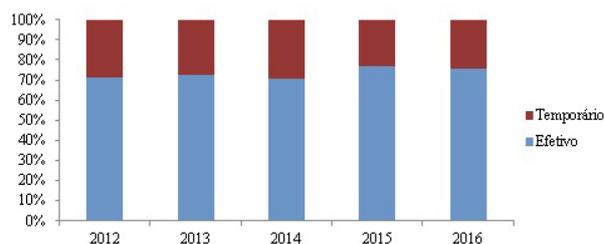
Paranoá e Plano Piloto/Cruzeiro foram as que apresentaram maior aumento percentual no número de docentes (37,32% e 35,68%, respectivamente), enquanto nas coordenações de Samambaia e do Gama o crescimento foi menor, 5,42% e 12,61%, respectivamente (Tabela 1; Gráfico 1).

1.1 Docentes por contratação e atuação

No Distrito Federal, o tipo de contratação de docentes para a rede pública se dá por duas formas: por concurso público para docentes efetivos, ou por contratos temporários. No entanto, o Censo Escolar da Educação Básica apresentou informações de docentes da rede pública contratados por CLT e terceirizados, o que aponta problemas na informação apresentada (Tabela 2 - Apêndice).

Entre 2012 e 2016, o número de docentes efetivos passou de 13.699 para 17.388, correspondendo a um aumento de 28,59%, enquanto que o de docentes temporários passou de 5.454 a 5.545, variação de 1,67%. Verifica-se, portanto, um aumento na proporção de professores efetivos no quadro de magistério (71,52% para 75,82%) e consequente redução da proporção de temporários (28,45% para 24,15%) (Tabela 3; Gráfico 2).

Gráfico 2. Evolução do número de professores da educação básica em sala de aula na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016

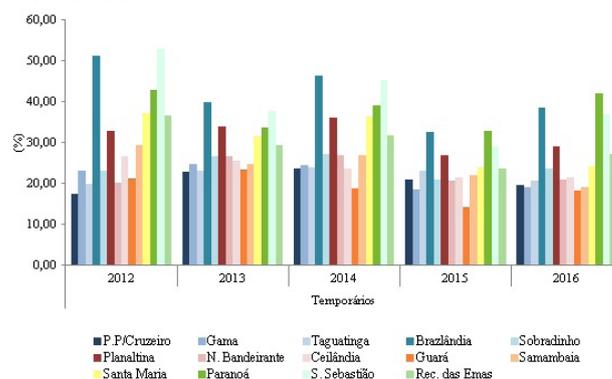


Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Ao detalhar o volume e a composição do quadro de magistério segundo CRE, observam-se situações muito diversas. Em 2012, a proporção de contratos temporários variou de 17,40% no Plano Piloto/Cruzeiro a 52,86% em São Sebastião. Nesse ano, oito das 14 regionais (57,14%) apresentaram proporções de temporários acima de 25%, chegando a mais de 50% nas regionais de São Sebastião e Brazlândia.

Em 2016, ainda que tenha ocorrido uma redução, a variabilidade continuou elevada: 18,27% no Guará a 42,10% no Paranoá. Destaca-se, no entanto, uma redução expressiva da proporção de temporários em quatro regionais entre 2012 e 2016: São Sebastião (52,86% a 36,76%), Brazlândia (51,31% a 38,38%), Santa Maria (37,10% a 24,16%) e Samambaia (29,31% a 19,11%). Observa-se, todavia, que nenhuma regional atendeu o

Gráfico 3. Evolução percentual do número de professores temporários na educação básica em sala de aula, na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

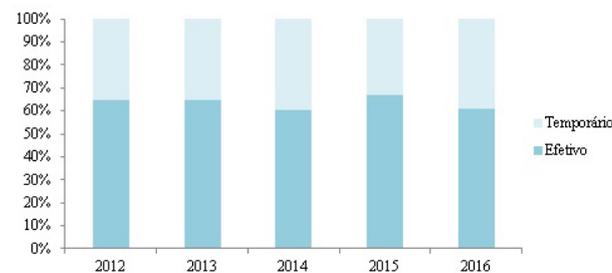
percentual de temporários recomendado pelo CNE, PNE e PDE (10%). Em 2016, ainda cinco regionais apresentaram proporções superiores a 25% (Paranoá, Brazlândia, São Sebastião, Planaltina e Recanto das Emas).

No que se refere ao nível e modalidade de ensino, sabe-se que a continuidade das atividades docentes, principalmente nos primeiros anos de escolaridade, é importante para o desenvolvimento da criança. A relação afetiva entre aluno e professor, norteadora pela relação pedagógica, terá influência no desenvolvimento do aluno, considerando as diferenças individuais e comportamentais inerentes ao ser humano (MENDES, 2011). Essa relação afetiva impactada pela alternância de professores ao longo do ano poderá influenciar na relação pedagógica, comprometendo, por sua vez, o desenvolvimento do aluno.

1.2 Educação Infantil

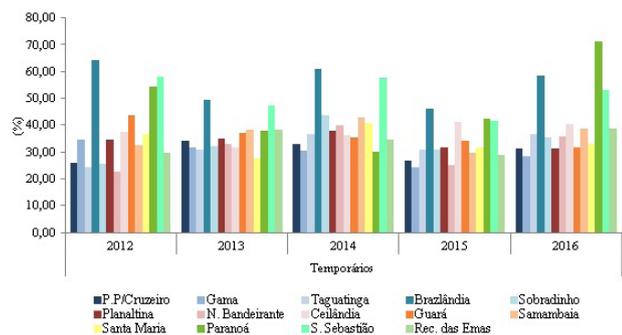
No período estudado, o número de docentes em exercício, na educação infantil, aumentou 27,45% no período, passando de 1.530 para 1.950. Esse aumento foi devido, sobretudo, ao incremento do número de temporários que passou de 541 para 761 (40,67%). Como consequência, tem-se que de 64,64% professores efetivos no quadro de magistério da educação infantil em 2012 reduz-se, em 2016, a 60,97% (Tabela 4; Gráfico 4).

Gráfico 4. Evolução do número de professores na educação infantil em sala de aula na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Gráfico 5. Evolução percentual do número de professores temporários em sala de aula na educação infantil na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

A diversidade de composição do quadro de magistério também está presente na educação infantil. Com realidades mais preocupantes, têm-se as regionais de Brazlândia e São Sebastião que apresentaram percentuais de temporários acima de 40% durante todo o período; e a regional do Paranoá, cujo percentual passou de 54,55% em 2012 a 71,08% em 2016 (Tabela 4; Gráfico 5).

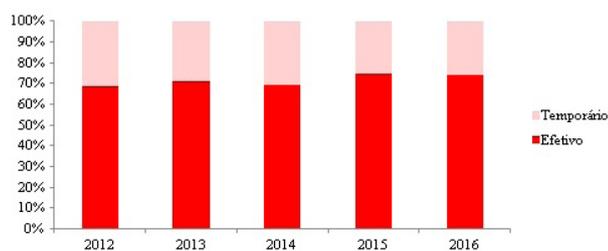
1.3 Ensino Fundamental

O ensino fundamental foi a etapa com maior volume de docentes em exercício na rede pública do DF. Em 2012, havia 12.026 profissionais, sendo 68,53% efetivos. Em 2016, esse volume aumentou 12,73%. A participação de docentes temporários caiu 14,0%, passando de 3.785 para 3.255 no período (Tabela 5; Gráfico 6).

Em 2012, as regionais de São Sebastião, Brazlândia e Paranoá apresentaram maior percentual de docentes temporários (62,87%, 50,30%, 45,13%, respectivamente). No final do período, essas regionais, mesmo diminuindo a proporção desses profissionais, ainda assim continuaram com a maior participação. Plano Piloto/Cruzeiro foi a regional com maior crescimento percentual de contratos temporários no período: 20,01% (Tabela 5; Gráfico 7).

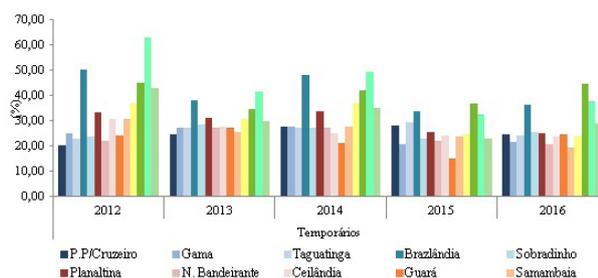
As regionais que aumentaram o número de docentes temporários no quinquênio foram: Plano Piloto/Cruzeiro (31,90%), Paranoá (14,80%), Taguatinga (11,90%), Guará (8,47%) e Sobradinho (6,67%). Dentre as que reduziram o número desses profissionais destacaram-se

Gráfico 6. Evolução do número de professores no ensino fundamental em sala de aula na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



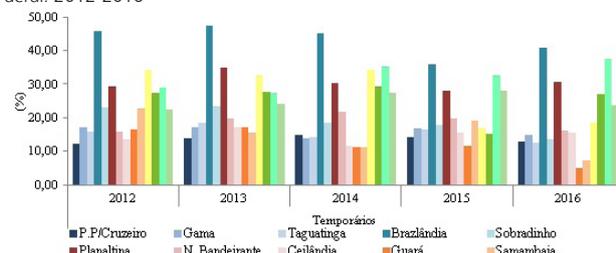
Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), Educacenso, 2012-2016

Gráfico 7. Evolução percentual do número de professores temporários em sala de aula no ensino fundamental na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Gráfico 9. Evolução percentual do número de professores temporários em sala de aula no ensino médio na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

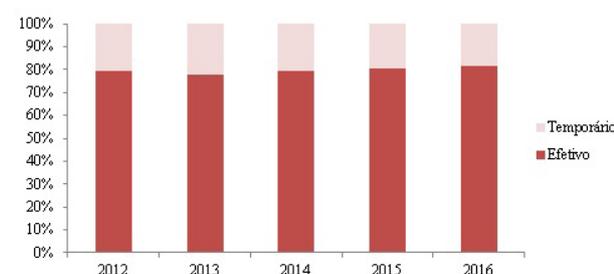
Samambaia (-39,48%) e São Sebastião (-30,20%) (Tabela 5; Gráfico 7).

1.4 Ensino Médio

Nessa etapa, a participação de docentes efetivos em sala de aula se destacou. Em 2012, o percentual de docentes efetivos foi 3,8 vezes maior que os temporários. Em 2016, o peso dos efetivos aumentou 3,12%, chegando a ser 4,5 vezes maior. (Tabela 6; Gráfico 8).

Entre 2012 e 2016, ao considerarmos as regionais, verificou-se que, em 42,86% delas, houve aumento no percentual de professores com contratos temporários. Destacaram-se Recanto das Emas (77,14%), São Sebastião (75,0%) e Paranoá (44,12%). Por outro lado, Samambaia (71,15%), Guará (66,67%) e Santa Maria (40,0%) foram aquelas com maior redução. Proporcionalmente, Brazlândia foi a regional com maior peso de temporários no período, mesmo com a queda de 15,15% verificada (Tabela 6; Gráfico 9).

Gráfico 8. Evolução do número de professores em sala de aula no ensino médio na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



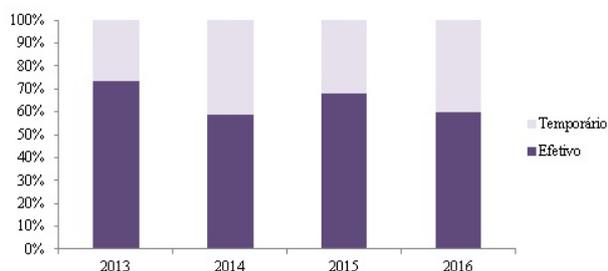
Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

1.5 Educação Profissional

Apenas a partir de 2013 começou-se a registrar dados sobre docentes na educação profissional nas escolas públicas do DF. Essa modalidade de ensino foi aquela com menor número de docentes em todo o período. Nesse mesmo ano, o Distrito Federal contava com 158 docentes em exercício e, em 2016 esse número passou para 280. Entre 2013 e 2016, o percentual de professores efetivos caiu de 73,42% para 60,00%, enquanto o número de temporários aumentou 2,7 vezes (Tabela 7; Gráfico 10).

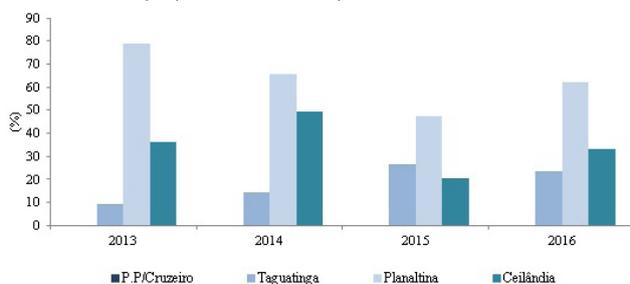
Das quatro coordenações que ofertaram essa modalidade de ensino, apenas em Planaltina houve predominância de docentes temporários. Por outro lado, na regional do Plano Piloto/Cruzeiro só havia docentes efetivos. Em Planaltina e Ceilândia a participação de professores contratados caiu 21,11% e 8,33%, respectivamente. Na CRE de Taguatinga, o percentual de efetivos caiu 15,90%, enquanto o de docentes temporários aumentou 2,5 vezes. (Tabela 7; Gráfico 11).

Gráfico 10. Evolução do número de professores em sala de aula na educação profissional na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2013-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Gráfico 11. Evolução percentual do número de professores temporários em sala de aula na educação profissional na rede pública. Distrito Federal. 2013-2016

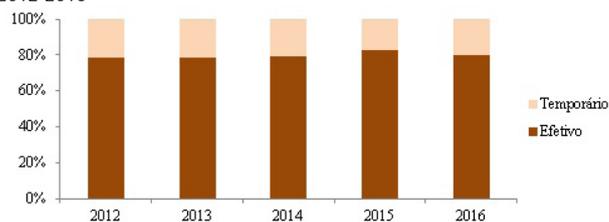


Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2013-2016

1.6 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

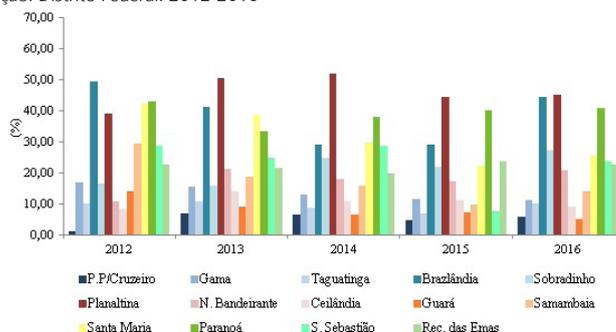
Nessa modalidade, entre 2012 e 2016, em todas as regionais o número de docentes efetivos em sala de aula foi maior que o número de docentes em contrato temporário. Nesse período os efetivos pouco aumentaram (0,87%), enquanto o de contrato temporário teve redução de 7,34% (Tabela 8; Gráfico 12).

Gráfico 12. Evolução do número de professores em sala de aula na educação de jovens e adultos na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Gráfico 13. Evolução percentual do número de professores temporários em sala de aula na educação de jovens e adultos na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



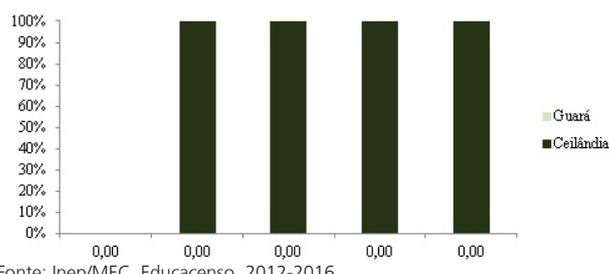
Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Em 2012, entre as regionais de Brazlândia, Santa Maria, e Paranoá, mais de 42% dos docentes eram contratos temporários. Cinco anos depois, Brazlândia e Paranoá permaneceram com percentuais acima de 40%. Santa Maria caiu 40,21%, enquanto Planaltina aumentou 15,90%, passando a ter 45,19% de contratos em sala de aula. Ceilândia, Guará e Plano Piloto/Cruzeiro foram as regionais com menos de 10% de temporários (Tabela 8; Gráfico 13).

1.7 Educação Especial

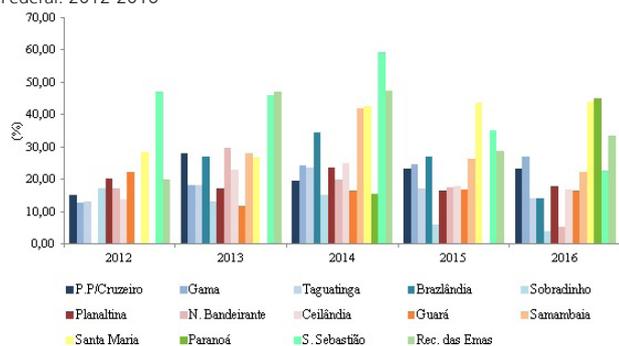
Em 2012, 1.005 docentes encontravam-se em exercício na educação especial no DF, sendo que 84,48% eram efetivos. Em 2016, esse número passou para 1.079 docentes, sendo 79,70% efetivos. Cabe ressaltar que, enquanto o número de efetivos pouco aumentou (1,30%), o de contratos temporários passou de 156 para 219, o que representou um aumento de 40,38% (Tabela 9; Gráfico 14).

Gráfico 14. Evolução do número de professores em sala de aula na educação especial na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Gráfico 15. Evolução percentual do número de professores temporários em sala de aula na educação especial na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016



Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Entre as regionais, observou-se que houve predominância de docentes efetivos. Em 2012, as regionais de Brazlândia e Samambaia - onde não havia professores com contratos temporários - passaram a contar com esses profissionais no final do período. Na regional do Paranoá, verificou-se que apenas em 2014 e 2016 houve professores com contratos temporários em exercício na educação especial. Na regional de Santa Maria, o percentual de professores com esse tipo de contratação aumentou 55,79%. São Sebastião foi a regional com maior aumento de efetivos no quinquênio: 45,96% (Tabela 9; Gráfico 15).

Considerações Finais

Este estudo propôs analisar a evolução do número de docentes na rede pública do Distrito Federal, destacando os dados relacionados aos contratos temporários. As redes de ensino detêm, para fim de gestão de professores, um cadastro de reserva, cujos profissionais são convocados quando há necessidade de substituição profissional nas seguintes situações: carência de docente decorrente de exoneração, demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e licença de concessão obrigatória. Essa substituição é garantida pela Lei nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008.

Embora se compreenda que seja relevante a manutenção de um quadro de profissionais que possa suprir um *déficit* momentâneo, o quantitativo de docentes temporários atuando na rede pública de ensino do Distrito Federal é considerado alto, sobretudo quando se compara com a proporção máxima de 10%, recomendada pelo Conselho Nacional de Educação.

Os altos índices desse tipo de contrato são observados, principalmente, na educação infantil, fase mais sensível do período escolar, como defendem alguns especialistas, pois é nessa fase que a criança estabelece as primeiras relações com a escola. O detalhamento por regionais de ensino coloca em destaque Brazlândia, Paranoá e São Sebastião com as mais elevadas proporções

de contratos temporários em todo o período. Chama atenção a situação da educação infantil na regional do Paranoá que, em 2016, apresentou mais de 70% do quadro de magistério em contratos temporários.

No ensino fundamental, o percentual de docentes ficou acima de 25% em todo o período analisado. A variabilidade foi de 19,42% na regional de Samambaia para 44,57% no Paranoá. Destaca-se ainda que o Paranoá e São Sebastião são as regionais com o maior percentual de professores temporários. Nesse nível educacional, espera-se que o aluno seja alfabetizado, desenvolva a escrita, leitura e a resolução de problemas, o que exige um trabalho mais concatenado com o projeto pedagógico da escola, em consonância com o projeto da rede. A alternância de professores nesse período pode ser tão prejudicial quanto na educação infantil.

No ensino médio, a gestão necessitou lançar mão de 18,21% de docentes temporários para complementar o quadro de professores atuantes no ano de 2016. Observou-se que ao longo do período houve um aumento de contratos entre 2012 e 2013, e nos anos seguintes queda constante no DF. No ano de 2016, a Coordenação Regional da Samambaia possuía apenas 5,06% dos contratos temporários, bem abaixo dos 10% recomendados. Em contrapartida, a regional de Brazlândia tinha 40,88% de professores temporários na rede. Essa regional também manteve os maiores percentuais no período estudado, seguida de Planaltina e São Sebastião.

Um ponto que chamou atenção ao longo da pesquisa é a educação profissional. Ao longo do quinquênio, somente na CRE do Plano Piloto/Cruzeiro todos os professores eram efetivos. As escolas ligadas à Coordenação Regional de Taguatinga tinham em média 24% dos docentes de contrato temporário no ano de 2016. Em contrapartida, na regional de Planaltina, 62,28% dos professores de seu quadro eram contratos temporários. Esses dados sinalizam a necessidade de um olhar mais pontual para essa modalidade.

Na Educação de Jovens e Adultos, destaca-se novamente Brazlândia, Planaltina e Paranoá como as regionais com maior percentual de docentes temporários.

Na modalidade especial, esse comportamento se repete. O contrato temporário de professores segue acima de 40% no Paranoá e em Santa Maria. Contudo, é interessante chamar atenção para os dados de São Sebastião, cuja redução de contratos ao longo dos anos foi substancial. Nessa modalidade, a CRE de Brazlândia e de Sobradinho são as que menos possuem professores temporários.

A incerteza na consolidação da equipe docente pode ter impacto direto no planejamento das atividades escolares, interferindo na continuidade do trabalho de uma unidade escolar. Os professores de contrato temporário estão sujeitos a condições que interferem no trabalho

de todos e encontram-se em uma situação que contribui para a precarização das atividades docentes. Ainda que a remuneração esteja de acordo com a legislação do magistério, os temporários - por não possuírem vínculo de trabalho com o Governo do Distrito Federal -, podem ter seus contratos rompidos a qualquer momento. Isso contribui para a instabilidade da atuação e, muitas vezes, para a sua desvalorização.

Para Santos (2016), esses docentes

(...) são expostos a uma realidade fragmentária na qual o não pertencimento pleno da categoria docente traz à tona um intenso processo de fragilização e de não reconhecimento do trabalho. Essa situação contribui para a construção de uma fragmentação interna tão aprofundada que os professores de

categorias distintas acabam por não se reconhecer enquanto grupo, o que repercute na dificuldade de unificação do processo coletivo de lutas e demandas.

Uma das limitações dos dados trabalhados neste estudo refere-se ao tempo que o docente permanece nesse tipo de contrato, não sendo possível afirmar o período de permanência em atividade na rede. De fato, a contratação temporária está prevista para suprir a falta de docente devido a diversos motivos (exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória), o que nos indica que o contrato pode ter uma alta variabilidade temporal, indo de um mês a mais de um ano letivo. ■

Notas

- ¹ Parecer CNE/CEB nº 9/2009, aprovado em 2 de abril de 2009.
- ² Texto garantido na lei Nº de julho de 2015 que aprova o Plano Distrital de Educação e dá outras providências.
- ³ Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal. De acordo com a referida lei serão contemplados os órgãos da Administração Direta, as autarquias e as fundações públicas do Distrito Federal os quais poderão contratar pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (Art.1º), portanto, permite a admissão de professor substituto para a rede pública de ensino (Art. 2º, inciso IV).
- ⁴ Foram excluídos 131 docentes no período cuja informação de contratação notificada foi CLT e terceirizados, uma vez que as escolas públicas do DF não há esse tipo de contratação.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2012**. Brasília, DF, 2013.
- _____. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2013**. Brasília, DF, 2014.
- _____. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2014**. Brasília, DF, 2015.
- _____. Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2015**. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer CNE/CEB nº 9/2009, aprovado em 2 de abril de 2009**. Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb009_09.pdf>. Acesso em 09 fev. 2018
- CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. **Lei Nº 4.266, de 11 de dezembro de 2008**. Brasília, DF, 2008.
- DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- DISTRITO FEDERAL. **Lei Complementar Nº 840, de 23 de dezembro de 2011**. Diário Oficial do Distrito Federal

nº 246, de 26/12/11. Brasília, DF, 2011.

_____. **Lei Nº 5.105, de 03 de maio de 2013.** Diário Oficial do Distrito Federal nº 91, de 06/05/2013 - Seção 01, Brasília, DF, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **IG (SP): 1 em cada 4 professores de escolas públicas brasileiras é temporário. 2014.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

MARQUES, M. **Administração Pública:** Uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2008.

MENDES, L. M. C. **A Afetividade na Educação Infantil.** 18 de novembro de 2011.

NOVAES, L. C. A formação des(continuada) dos professores temporários, provisoriedade e qualidade de ensino. IN: **Revista Diálogo Educacional** (PUCPR), v. 10, p. 247-265, 2010.

SANTOS, F. D. V. d. **Trabalho docente em escolas estaduais paulistas:** O desafio do professor da categoria O. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2016. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138212>> Acesso em 09 fev. 2018.

VALLE, Leonardo. **Qual a importância do professor efetivo para a aprendizagem?** Modelo de contratação temporária cogitado em Ribeirão Preto acende reflexão sobre o tema. [s/n], Educação. set. 2017. Disponível em < <https://www.institutonetclaroembratel.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/qual-a-importancia-do-professor-efetivo-para-a-aprendizagem/>> Acesso em 9 fev. 2018.

Bibliografia complementar

ANTUNES, R. **Os modos de ser da informalidade:** rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, Set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 fev. 2018.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização:** formas contemporâneas de dominação do trabalho. Caderno CRH, Salvador: jul./dez. 2002. p.11-22.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. **Professores do Brasil:** impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; DAMASO, A. F. **O trabalhador docente da educação básica no Brasil:** panorama a partir de fontes secundárias. Relatório de meta da Pesquisa Trabalho docente na educação básica no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

Apêndice

Tabela 1. Evolução do número total de professores da educação básica em sala de aula segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016

CRE	2012		2013		2014		2015		2016		Variação relativa (%) 2012-2016
	N	(%)									
P.P./Cruzeiro	1.914	10,11	1.858	9,47	1.945	9,61	2.591	11,09	2.597	11,32	35,68
Gama	1.531	8,09	1.526	7,78	1.558	7,70	1.820	7,79	1.724	7,52	12,61
Taguatinga	1.775	9,38	1.881	9,59	1.923	9,50	2.242	9,60	2.139	9,33	20,51
Brazlândia	723	3,82	821	4,18	874	4,32	987	4,23	878	3,83	21,44
Sobradinho	1.160	6,13	1.170	5,96	1.208	5,97	1.435	6,14	1.367	5,96	17,84
Planaltina	1.692	8,94	1.766	9,00	1.877	9,27	2.107	9,02	2.123	9,26	25,47
N. Bandeirante	974	5,15	1.000	5,10	989	4,89	1.102	4,72	1.166	5,08	19,71
Ceilândia	3.194	16,88	3.357	17,11	3.382	16,71	3.883	16,63	3.876	16,90	21,35
Guará	809	4,27	838	4,27	833	4,12	992	4,25	925	4,03	14,34
Samambaia	1.549	8,18	1.512	7,71	1.548	7,65	1.675	7,17	1.633	7,12	5,42
Santa Maria	1.027	5,43	1.108	5,65	1.180	5,83	1.269	5,43	1.221	5,32	18,89
Paranoá	820	4,33	899	4,58	920	4,55	1.064	4,56	1.126	4,91	37,32
S. Sebastião	770	4,07	844	4,30	875	4,32	963	4,12	914	3,99	18,70
Rec. das Emas	988	5,22	1.043	5,32	1.127	5,57	1.223	5,24	1.244	5,42	25,91
TOTAL	18.926	100,00	19.623	100,00	20.239	100,00	23.353	100,00	22.933	100,00	21,17

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Nota: (1) exceto 227 docentes vinculados à SUBEB em 2012

Tabela 2. Evolução do número de professores da educação básica em sala de aula na rede pública por tipo de contratação. Distrito Federal. 2012-2016

	2012	2013	2014	2015	2016
Efetivos	13.699	14.199	14.353	17.985	17.388
Temporário	5.454	5.424	5.886	5.368	5.545
Terceirizado	14	7	7	24	30
CLT	1	13	17	16	2
Total	19.168	19.643	20.263	23.393	22.965

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Tabela 3. Evolução do número de professores da educação básica em sala de aula na rede pública por tipo de contratação⁴ segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016

CRE	N														
	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P./Cruzeiro	1.581	1.437	1.484	2.050	2.091	333	421	461	541	506	1.914	1.858	1.945	2.591	2.597
Gama	1.177	1.148	1.177	1.484	1.395	354	378	381	336	329	1.531	1.526	1.558	1.820	1.724
Taguatinga	1.423	1.449	1.465	1.725	1.697	352	432	458	517	442	1.775	1.881	1.923	2.242	2.139
Brazlândia	352	495	469	666	541	371	326	405	321	337	723	821	874	987	878
Sobradinho	892	859	880	1.134	1.045	268	311	328	301	322	1.160	1.170	1.208	1.435	1.367
Planaltina	1.135	1.170	1.198	1.541	1.509	557	596	679	566	614	1.692	1.766	1.877	2.107	2.123
N. Bandeirante	778	734	723	875	923	196	266	266	227	243	974	1.000	989	1.102	1.166
Ceilândia	2.346	2.500	2.587	3.050	3.047	848	857	795	833	829	3.194	3.357	3.382	3.883	3.876
Guará	639	643	677	852	756	170	195	156	140	169	809	838	833	992	925
Samambaia	1.095	1.141	1.131	1.309	1.321	454	371	417	366	312	1.549	1.512	1.548	1.675	1.633
Santa Maria	646	761	751	967	926	381	347	429	302	295	1.027	1.108	1.180	1.269	1.221
Paranoá	468	598	561	714	652	352	301	359	350	474	820	899	920	1.064	1.126
S. Sebastião	363	525	480	683	578	407	319	395	280	336	770	844	875	963	914
Rec. das Emas	627	739	770	935	907	361	304	357	288	337	988	1.043	1.127	1.223	1.244
TOTAL	13.522	14.199	14.353	17.985	17.388	5.404	5.424	5.886	5.368	5.545	18.926	19.623	20.239	23.353	22.933
	(%)														
CRE	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P./Cruzeiro	82,60	77,34	76,30	79,12	80,52	17,40	22,66	23,70	20,88	19,48	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Gama	76,88	75,23	75,55	81,54	80,92	23,12	24,77	24,45	18,46	19,08	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Taguatinga	80,17	77,03	76,18	76,94	79,34	19,83	22,97	23,82	23,06	20,66	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brazlândia	48,69	60,29	53,66	67,48	61,62	51,31	39,71	46,34	32,52	38,38	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sobradinho	76,90	73,42	72,85	79,02	76,44	23,10	26,58	27,15	20,98	23,56	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Planaltina	67,08	66,25	63,83	73,14	71,08	32,92	33,75	36,17	26,86	28,92	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
N. Bandeirante	79,88	73,40	73,10	79,40	79,16	20,12	26,60	26,90	20,60	20,84	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ceilândia	73,45	74,47	76,49	78,55	78,61	26,55	25,53	23,51	21,45	21,39	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Guará	78,99	76,73	81,27	85,89	81,73	21,01	23,27	18,73	14,11	18,27	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Samambaia	70,69	75,46	73,06	78,15	80,89	29,31	24,54	26,94	21,85	19,11	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Santa Maria	62,90	68,68	63,64	76,20	75,84	37,10	31,32	36,36	23,80	24,16	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Paranoá	57,07	66,52	60,98	67,11	57,90	42,93	33,48	39,02	32,89	42,10	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
S. Sebastião	47,14	62,20	54,86	70,92	63,24	52,86	37,80	45,14	29,08	36,76	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rec. das Emas	63,46	70,85	68,32	76,45	72,91	36,54	29,15	31,68	23,55	27,09	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL	71,45	72,36	70,92	77,01	75,82	28,55	27,64	29,08	22,99	24,18	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Nota: (1) exceto 227 docentes vinculados à SUBEB em 2012

Tabela 4. Evolução do número de professores em sala de aula na educação infantil na rede pública por tipo de contratação segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016

CRE	N														
	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P./Cruzeiro	133	127	132	144	137	47	66	65	53	62	180	193	197	197	199
Gama	76	81	98	105	95	40	38	43	34	38	116	119	141	139	133
Taguatinga	118	110	109	117	125	38	49	63	52	73	156	159	172	169	198
Brazlândia	32	55	51	63	43	57	54	79	54	61	89	109	130	117	104
Sobradinho	84	80	65	80	82	29	38	50	36	45	113	118	115	116	127
Planaltina	66	89	98	102	109	35	48	60	47	50	101	137	158	149	159
N. Bandeirante	62	63	59	72	72	18	31	39	24	40	80	94	98	96	112
Ceilândia	158	160	172	178	196	94	74	97	124	132	252	234	269	302	328
Guará	36	39	33	33	39	28	23	18	17	18	64	62	51	50	57
Samambaia	64	72	72	85	94	31	45	54	36	59	95	117	126	121	153
Santa Maria	69	89	79	91	83	40	34	54	42	41	109	123	133	133	124
Paranoá	20	26	30	26	24	24	16	13	19	59	44	42	43	45	83
S. Sebastião	31	51	41	58	52	43	46	56	41	59	74	97	97	99	111
Rec. das Emas	40	32	34	37	38	17	20	18	15	24	57	52	52	52	62
TOTAL	989	1.074	1.073	1.191	1.189	541	582	709	594	761	1.530	1.656	1.782	1.785	1.950
CRE	(%)														
	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P./Cruzeiro	73,89	65,80	67,01	73,10	68,84	26,11	34,20	32,99	26,90	31,16	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Gama	65,52	68,07	69,50	75,54	71,43	34,48	31,93	30,50	24,46	28,57	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Taguatinga	75,64	69,18	63,37	69,23	63,13	24,36	30,82	36,63	30,77	36,87	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brazlândia	35,96	50,46	39,23	53,85	41,35	64,04	49,54	60,77	46,15	58,65	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sobradinho	74,34	67,80	56,52	68,97	64,57	25,66	32,20	43,48	31,03	35,43	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Planaltina	65,35	64,96	62,03	68,46	68,55	34,65	35,04	37,97	31,54	31,45	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
N. Bandeirante	77,50	67,02	60,20	75,00	64,29	22,50	32,98	39,80	25,00	35,71	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ceilândia	62,70	68,38	63,94	58,94	59,76	37,30	31,62	36,06	41,06	40,24	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Guará	56,25	62,90	64,71	66,00	68,42	43,75	37,10	35,29	34,00	31,58	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Samambaia	67,37	61,54	57,14	70,25	61,44	32,63	38,46	42,86	29,75	38,56	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Santa Maria	63,30	72,36	59,40	68,42	66,94	36,70	27,64	40,60	31,58	33,06	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Paranoá	45,45	61,90	69,77	57,78	28,92	54,55	38,10	30,23	42,22	71,08	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
S. Sebastião	41,89	52,58	42,27	58,59	46,85	58,11	47,42	57,73	41,41	53,15	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rec. das Emas	70,18	61,54	65,38	71,15	61,29	29,82	38,46	34,62	28,85	38,71	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL	64,64	64,86	60,21	66,72	60,97	35,36	35,14	39,79	33,28	39,03	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Tabela 5. Evolução do número de professores em sala de aula no ensino fundamental na rede pública por tipo de contratação segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016

CRE	N														
	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P./Cruzeiro	819	794	779	812	854	210	256	295	319	277	1.029	1.050	1.074	1.131	1.131
Gama	691	670	695	787	738	231	248	266	204	203	922	918	961	991	941
Taguatinga	775	723	759	758	802	228	272	282	313	254	1.003	995	1.041	1.071	1.056
Brazlândia	245	304	265	352	335	248	186	246	179	190	493	490	511	531	525
Sobradinho	580	544	560	606	565	180	217	208	179	192	760	761	768	785	757
Planaltina	795	812	827	928	902	392	369	418	314	302	1.187	1.181	1.245	1.242	1.204
N. Bandeirante	495	461	426	475	507	140	170	158	132	133	635	631	584	607	640
Ceilândia	1.499	1.590	1.600	1.650	1.638	658	611	529	525	509	2.157	2.201	2.129	2.175	2.147
Guará	374	371	391	446	393	118	137	105	79	128	492	508	496	525	521
Samambaia	701	724	715	760	776	309	248	270	236	187	1.010	972	985	996	963
Santa Maria	404	474	463	571	543	235	208	269	187	167	639	682	732	758	710
Paranoá	304	393	340	422	357	250	207	247	245	287	554	600	587	667	644
S. Sebastião	176	288	265	375	348	298	205	257	181	208	474	493	522	556	556
Rec. das Emas	383	500	506	580	532	288	211	272	172	218	671	711	778	752	750
TOTAL	8.241	8.648	8.591	9.522	9.290	3.785	3.545	3.822	3.265	3.255	12.026	12.193	12.413	12.787	12.545
CRE	(%)														
	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P./Cruzeiro	79,59	75,62	72,53	71,79	75,51	20,41	24,38	27,47	28,21	24,49	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Gama	74,95	72,98	72,32	79,41	78,43	25,05	27,02	27,68	20,59	21,57	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Taguatinga	77,27	72,66	72,91	70,77	75,95	22,73	27,34	27,09	29,23	24,05	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brazlândia	49,70	62,04	51,86	66,29	63,81	50,30	37,96	48,14	33,71	36,19	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sobradinho	76,32	71,48	72,92	77,20	74,64	23,68	28,52	27,08	22,80	25,36	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Planaltina	66,98	68,76	66,43	74,72	74,92	33,02	31,24	33,57	25,28	25,08	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
N. Bandeirante	77,95	73,06	72,95	78,25	79,22	22,05	26,94	27,05	21,75	20,78	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ceilândia	69,49	72,24	75,15	75,86	76,29	30,51	27,76	24,85	24,14	23,71	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Guará	76,02	73,03	78,83	84,95	75,43	23,98	26,97	21,17	15,05	24,57	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Samambaia	69,41	74,49	76,31	80,58		30,59	25,51	27,41	23,69	19,42	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Santa Maria	63,22	69,50	63,25	75,33	76,48	36,78	30,50	36,75	24,67	23,52	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Paranoá	54,87	65,50	57,92	63,27	55,43	45,13	34,50	42,08	36,73	44,57	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
S. Sebastião	37,13	58,42	50,77	67,45	62,59	62,87	41,58	49,23	32,55	37,41	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rec. das Emas	57,08	70,32	65,04	77,13	70,93	42,92	29,68	34,96	22,87	29,07	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL	68,53	70,93	69,21	74,47	74,05	31,47	29,07	30,79	25,53	25,95	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Tabela 6. Evolução do número de professores em sala de aula no ensino médio na rede pública por tipo de contratação segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016

CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	306	288	330	343	307	42	46	58	57	45	348	334	388	400	352
Gama	258	237	257	275	268	54	49	41	56	47	312	286	298	331	315
Taguatinga	288	290	316	330	345	54	66	52	65	50	342	356	368	395	395
Brazlândia	78	75	83	89	81	66	68	68	50	56	144	143	151	139	137
Sobradinho	143	157	173	183	174	43	48	39	40	27	186	205	212	223	201
Planaltina	175	182	183	211	195	73	97	80	82	86	248	279	263	293	281
N. Bandeirante	158	141	136	138	176	30	35	38	34	34	188	176	174	172	210
Ceilândia	414	399	434	458	437	64	82	56	84	81	478	481	490	542	518
Guará	122	107	127	129	150	24	22	16	17	8	146	129	143	146	158
Samambaia	178	167	182	185	188	52	31	23	44	15	230	198	205	229	203
Santa Maria	106	117	125	155	147	55	57	65	31	33	161	174	190	186	180
Paranoá	91	100	106	127	133	34	38	44	23	49	125	138	150	150	182
S. Sebastião	69	90	90	102	82	28	34	49	49	49	97	124	139	151	131
Rec. das Emas	122	136	163	192	201	35	43	61	75	62	157	179	224	267	263
TOTAL	2.508	2.486	2.705	2.917	2.884	654	716	690	707	642	3.162	3.202	3.395	3.624	3.526
	(%)														
CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	87,93	86,23	85,05	85,75	87,22	12,07	13,77	14,95	14,25	12,78	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Gama	82,69	82,87	86,24	83,08	85,08	17,31	17,13	13,76	16,92	14,92	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Taguatinga	84,21	81,46	85,87	83,54	87,34	15,79	18,54	14,13	16,46	12,66	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brazlândia	54,17	52,45	54,97	64,03	59,12	45,83	47,55	45,03	35,97	40,88	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sobradinho	76,88	76,59	81,60	82,06	86,57	23,12	23,41	18,40	17,94	13,43	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Planaltina	70,56	65,23	69,58	72,01	69,40	29,44	34,77	30,42	27,99	30,60	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
N. Bandeirante	84,04	80,11	78,16	80,23	83,81	15,96	19,89	21,84	19,77	16,19	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ceilândia	86,61	82,95	88,57	84,50	84,36	13,39	17,05	11,43	15,50	15,64	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Guará	83,56	82,95	88,81	88,36	94,94	16,44	17,05	11,19	11,64	5,06	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Samambaia	77,39	84,34	88,78	80,79	92,61	22,61	15,66	11,22	19,21	7,39	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Santa Maria	65,84	67,24	65,79	83,33	81,67	34,16	32,76	34,21	16,67	18,33	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Paranoá	72,80	72,46	70,67	84,67	73,08	27,20	27,54	29,33	15,33	26,92	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
S. Sebastião	71,13	72,58	64,75	67,55	62,60	28,87	27,42	35,25	32,45	37,40	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rec. das Emas	77,71	75,98	72,77	71,91	76,43	22,29	24,02	27,23	28,09	23,57	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL	79,32	77,64	79,68	80,49	81,79	20,68	22,36	20,32	19,51	18,21	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016

Tabela 7. Evolução do número de professores em sala de aula na educação profissional na rede pública por tipo de contratação segundo CRE. Distrito Federal. 2013-2016

CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	-	9	7	7	19	-	-	-	-	-	-	9	7	7	19
Gama	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Taguatinga	-	68	59	66	61	-	7	10	24	19	-	75	69	90	80
Brazlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobradinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planaltina	-	4	23	41	43	-	15	44	37	71	-	19	67	78	114
N. Bandeirante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceilândia	-	35	33	35	44	-	20	32	9	22	-	55	65	44	66
Guará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Samambaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Maria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranoá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Sebastião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rec. das Emas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	116	122	149	168	-	42	86	70	112	-	158	208	219	280
	(%)														
CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	-	100,00	100,00	100,00	100,00	-	-	-	-	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Gama	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00
Taguatinga	-	90,67	85,51	73,33	76,25	-	9,33	14,49	26,67	23,75	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Brazlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobradinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Planaltina	-	21,05	34,33	52,56	37,72	-	78,95	65,67	47,44	62,28	-	100,00	100,00	100,00	100,00
N. Bandeirante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceilândia	-	63,64	50,77	79,55	66,67	-	36,36	49,23	20,45	33,33	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Guará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Samambaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Maria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranoá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S. Sebastião	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rec. das Emas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	73,42	58,65	68,04	60,00	-	26,58	41,35	31,96	40,00	-	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2013-2016

Tabela 8. Evolução do número de professores em sala de aula na educação de jovens e adultos na rede pública por tipo de contratação segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016

CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	213	198	187	226	255	3	15	13	11	16	216	213	200	237	271
Gama	155	172	187	182	165	32	32	28	24	21	187	204	215	206	186
Taguatinga	156	209	146	162	152	18	26	14	12	17	174	235	160	174	169
Brazlândia	42	41	51	46	46	41	29	21	19	37	83	70	72	65	83
Sobradinho	142	128	122	139	130	28	24	40	39	49	170	152	162	178	179
Planaltina	133	96	101	109	114	85	98	109	87	94	218	194	210	196	208
N. Bandeirante	157	132	142	143	140	19	36	31	30	37	176	168	173	173	177
Ceilândia	323	332	316	315	339	30	54	38	40	34	353	386	354	355	373
Guará	104	101	101	112	107	17	10	7	9	6	121	111	108	121	113
Samambaia	164	163	173	157	156	68	38	33	17	26	232	201	206	174	182
Santa Maria	73	79	91	84	88	54	50	39	24	30	127	129	130	108	118
Paranoá	81	102	103	105	104	61	51	63	71	72	142	153	166	176	176
S. Sebastião	106	115	118	109	55	43	38	48	9	17	149	153	166	118	72
Rec. das Emas	108	109	118	105	123	32	30	29	33	36	140	139	147	138	159
TOTAL	1.957	1.977	1.956	1.994	1.974	531	531	513	425	492	2.488	2.508	2.469	2.419	2.466
(%)															
CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	98,61	92,96	93,50	95,36	94,10	1,39	7,04	6,50	4,64	5,90	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Gama	82,89	84,31	86,98	88,35	88,71	17,11	15,69	13,02	11,65	11,29	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Taguatinga	89,66	88,94	91,25	93,10	89,94	10,34	11,06	8,75	6,90	10,06	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brazlândia	50,60	58,57	70,83	70,77	55,42	49,40	41,43	29,17	29,23	44,58	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sobradinho	83,53	84,21	75,31	78,09	72,63	16,47	15,79	24,69	21,91	27,37	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Planaltina	61,01	49,48	48,10	55,61	54,81	38,99	50,52	51,90	44,39	45,19	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
N. Bandeirante	89,20	78,57	82,08	82,66	79,10	10,80	21,43	17,92	17,34	20,90	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ceilândia	91,50	86,01	89,27	88,73	90,88	8,50	13,99	10,73	11,27	9,12	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Guará	85,95	90,99	93,52	92,56	94,69	14,05	9,01	6,48	7,44	5,31	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Samambaia	70,69	81,09	83,98	90,23	85,71	29,31	18,91	16,02	9,77	14,29	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Santa Maria	57,48	61,24	70,00	77,78	74,58	42,52	38,76	30,00	22,22	25,42	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Paranoá	57,04	66,67	62,05	59,66	59,09	42,96	33,33	37,95	40,34	40,91	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
S. Sebastião	71,14	75,16	71,08	92,37	76,39	28,86	24,84	28,92	7,63	23,61	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rec. das Emas	77,14	78,42	80,27	76,09	77,36	22,86	21,58	19,73	23,91	22,64	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL	78,66	78,83	79,22	82,43	80,05	21,34	21,17	20,78	17,57	19,95	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), Educacenso, 2012-2016

Tabela 9. Evolução do número de professores em sala de aula na educação especial na rede pública por tipo de contratação segundo CRE. Distrito Federal. 2012-2016

CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	181	110	145	122	125	32	43	35	37	38	213	153	180	159	163
Gama	83	68	34	43	43	12	15	11	14	16	95	83	45	57	59
Taguatinga	153	99	155	186	86	23	22	48	39	14	176	121	203	225	100
Brazlândia	2	51	59	73	6	0	19	31	27	1	2	70	90	100	7
Sobradinho	43	53	61	77	47	9	8	11	5	2	52	61	72	82	49
Planaltina	59	81	75	90	97	15	17	23	18	21	74	98	98	108	118
N. Bandeirante	24	26	36	33	53	5	11	9	7	3	29	37	45	40	56
Ceilândia	130	132	178	196	212	21	39	59	43	43	151	171	237	239	255
Guará	59	60	75	74	20	17	8	15	15	4	76	68	90	89	24
Samambaia	61	36	62	93	90	0	14	45	33	26	61	50	107	126	116
Santa Maria	28	33	27	31	37	11	12	20	24	29	39	45	47	55	66
Paranoá	5	6	11	9	11	0	0	2	0	9	5	6	13	9	20
S. Sebastião	9	13	11	22	17	8	11	16	12	5	17	24	27	34	22
Rec. das Emas	12	9	10	10	16	3	8	9	4	8	15	17	19	14	24
TOTAL	849	777	939	1.059	860	156	227	334	278	219	1.005	1.004	1.273	1.337	1.079
(%)															
CRE	Efetivo					Temporário					Total				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
P.P/Cruzeiro	84,98	71,90	80,56	76,73	76,69	15,02	28,10	19,44	23,27	23,31	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Gama	87,37	81,93	75,56	75,44	72,88	12,63	18,07	24,44	24,56	27,12	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Taguatinga	86,93	81,82	76,35	82,67	86,00	13,07	18,18	23,65	17,33	14,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brazlândia	100,00	72,86	65,56	73,00	85,71	-	27,14	34,44	27,00	14,29	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Sobradinho	82,69	86,89	84,72	93,90	95,92	17,31	13,11	15,28	6,10	4,08	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Planaltina	79,73	82,65	76,53	83,33	82,20	20,27	17,35	23,47	16,67	17,80	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
N. Bandeirante	82,76	70,27	80,00	82,50	94,64	17,24	29,73	20,00	17,50	5,36	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ceilândia	86,09	77,19	75,11	82,01	83,14	13,91	22,81	24,89	17,99	16,86	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Guará	77,63	88,24	83,33	83,15	83,33	22,37	11,76	16,67	16,85	16,67	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Samambaia	100,00	72,00	57,94	73,81	77,59	-	28,00	42,06	26,19	22,41	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Santa Maria	71,79	73,33	57,45	56,36	56,06	28,21	26,67	42,55	43,64	43,94	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Paranoá	100,00	100,00	84,62	100,00	55,00	-	-	15,38	-	45,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
S. Sebastião	52,94	54,17	40,74	64,71	77,27	47,06	45,83	59,26	35,29	22,73	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Rec. das Emas	80,00	52,94	52,63	71,43	66,67	20,00	47,06	47,37	28,57	33,33	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL	84,48	77,39	73,76	79,21	79,70	15,52	22,61	26,24	20,79	20,30	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Inep/MEC, Educacenso, 2012-2016